Foco no Planalto

Notas sobre a semana de 23 a 27 de novembro, em Brasília.

AJUSTE FISCAL, AGENDA ECONÔMICA & ARTICULAÇÕES PARA 2027

A Câmara dos Deputados concentra as atenções nesta segunda (23) na votação do PLP 299/2026, que trata do ajuste fiscal do governo. Aprovada pelo Senado, a proposta amplia de 10% para 20% o corte linear de benefícios tributários, restringe compensações de tributos e altera regras do arcabouço fiscal. O governo estima impacto positivo de cerca de R$ 50 bilhões no resultado primário de 2027. O relator, deputado Mauro Benevides Filho (UNIÃO/CE), pretende preservar o texto aprovado, evitando o retorno da matéria ao Senado. A aprovação depende de, pelo menos, 257 votos favoráveis.

O resultado será um teste de credibilidade do governo perante o mercado, em um cenário de cautela dos investidores quanto ao equilíbrio das contas públicas, refletida na cotação do dólar próxima de R$ 6 e na queda da Bolsa. Embora a aprovação possa reduzir as incertezas no curto prazo, permanecem as preocupações com a sustentabilidade das despesas e a trajetória da dívida pública. Nesse contexto, além do resultado na Câmara, a definição do comando do Ministério da Fazenda e os sinais sobre a condução fiscal do próximo mandato estão no radar dos agentes econômicos.

Entre as propostas da agenda econômica, o governo busca avançar até dezembro com a conclusão da LDO e do Orçamento de 2027. Outra decisão central é a definição da alíquota de referência da CBS, que deverá ocorrer no Senado até 15 de dezembro. O percentual de 11,3%, calculado pelo TCU, é questionado por parlamentares e pelo setor produtivo, e o relator da matéria, senador Eduardo Braga (MDB/AM), levantou dúvidas sobre as premissas utilizadas no cálculo. Completam a pauta da reforma tributária a MP 1.399/2026, que estabelece as alíquotas do Imposto Seletivo para 2027, e a PEC 22/2026, que prorroga temporariamente a incidência do IPI sobre determinados produtos. O governo também busca avançar com a MP 1.393/2026, do Desenrola Brasil 3.0, cujo relatório deverá ser apresentado no início de dezembro.

A formação do quarto mandato de Lula começa a expor divergências entre o PT e os partidos de centro. MDB, PSD, União Brasil e Republicanos buscam maior participação em áreas estratégicas da Esplanada, enquanto Lula sinaliza preferência por manter o núcleo político sob influência de partidos de esquerda e condiciona a distribuição de espaços à garantia de apoio parlamentar. As negociações se somam à disputa pela Presidência da Câmara, onde o PL, que terá a maior bancada em 2027, com 121 deputados, ainda não definiu se apoiará a recondução de Hugo Motta (REP/PB) ou lançará candidatura própria. O cenário evidencia a importância dos partidos de centro para a construção da governabilidade, diante do fortalecimento da oposição no próximo Congresso.

A escolha do próximo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) também mobiliza as articulações. Após jantar com ministros da Corte e os presidentes da Câmara e do Senado, Lula reafirmou sua preferência pelo chefe da AGU, Jorge Messias, embora sinalize disposição para discutir alternativas. A insistência ocorre após o Senado ter rejeitado a indicação de Messias em abril, por 42 votos a 34. Davi Alcolumbre (União/AP), Hugo Motta e ministros presentes ao encontro manifestaram preferência por Rodrigo Pacheco, atualmente no TCU. Lula também avalia a possibilidade de indicar uma mulher. A definição exigirá negociação com o Senado e envolve um obstáculo regimental: a indicação de Messias não pode ser novamente apreciada em 2026, pela regra que veda a reapreciação de nomes rejeitados na mesma sessão legislativa. A disputa poderá repercutir na relação entre o Planalto e a cúpula do Congresso.

Poder Executivo

Presidência da República

Agenda do presidente – **Luiz Inácio Lula da Silva** reuniu-se, nesta segunda (23), com o ministro da Defesa, **José Múcio**, acompanhado pelo comandante da Marinha, almirante **Marcos Sampaio Olsen**; pelo comandante do Exército, general **Tomás Miguel Miné Ribeiro Paiva**; e pelo comandante da Aeronáutica, tenente-brigadeiro do ar **Marcelo Kanitz Damasceno**. Pela tarde, teve reunião com a ministra-chefe da Casa Civil, **Miriam Belchior**, também no Palácio do Planalto.

Vice-Presidência da República

Agenda do vice-presidente – **Geraldo Alckmin** cumpriu, nesta segunda (23), agenda de compromissos no estado de São Paulo.

Em São José do Barreiro (SP), no Vale do Paraíba, visitou a Fazenda Pau D'Alho, patrimônio histórico com mais de 200 anos, que deverá receber investimentos de R$ 63,2 milhões para restauração e implantação de um empreendimento turístico. A iniciativa integra o projeto **Revive Brasil,** voltado à concessão de imóveis históricos à iniciativa privada.

No período da tarde, participou do lançamento dos editais do programa, na Cinemateca, na capital paulista.

Na quarta (25), o vice-presidente participará do **Seminário "Acordo - União Europeia Mercosul** - integração econômica, soberania e desenvolvimento nacional".

Casa Civil

Agenda do ministro – **Miriam Belchior** reuniu-se, nesta segunda (23), com o presidente **Lula**.

SRI
Secretaria de Relações Institucionais

A Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República iniciou a semana com uma alteração em seu comando.

Nesta segunda-feira (23), foi publicada no Diário Oficial da União a **exoneração, a pedido, de José Nobre Guimarães (PT/CE)** do cargo de ministro de Estado da Secretaria de Relações Institucionais. O parlamentar reassume seu mandato para participar da votação do projeto do ajuste fiscal.

GSI
Gabinete de Segurança Institucional

Agenda do ministro – **Marcos Antonio Amaro dos Santos** preside, nesta quarta-feira (25), em Brasília (DF), a sessão de abertura institucional do **Brasil Ciberseguro 2026**, no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB). O evento, promovido pelo GSI nos dias 25 e 26 de novembro, abordará temas relacionados à resiliência cibernética, à prevenção de ameaças e à soberania digital.

CGU
Controladoria-Geral da União

Agenda do ministro – **Vinícius Marques de Carvalho** participou, nesta segunda (23), da abertura da **Semana Dados BR 2026**, realizada na Escola Nacional de Administração Pública (Enap), em Brasília (DF). O evento reúne especialistas de diferentes setores e países para discutir estratégias e políticas de dados, governança, interoperabilidade, inteligência artificial e inovação.

AGU
Advocacia-Geral da União

Evento – representante do órgão participará na terça (23) do I**V Seminário Nacional de Tributação do Agronegócio**, evento promovido pela

Confederação Nacional da Agricultura (CNA) que discutirá os desafios tributários do agro.

MCTI
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

Evento – o órgão promove a **23ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia** (SNCT) com o tema "Ciência Delas".

Também será realizada ao longo da semana (24 e 25) a **5ª Reunião da Conferência de Ciência, Inovação e TIC CEPAL / ECLAC** (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). Durante o encontro, um espaço de diálogo técnico entre países da região para coordenar ações e aprimorar políticas públicas de CTI, será lançado o novo documento de posição da CEPAL com diretrizes para o biênio 2027-2028

Agenda internacional

- ✓ Tóquio (Japão) – *"Diálogo de Cooperação Brasil-Japão em Inteligência Artificial"*;
- ✓ Santiago (Chile) – Seminário *"Encuentro IA para el desarrollo: Cooperación regional desde América Latina y el Caribe"*;
- ✓ San Diego (EUA) – Participação de Cerimônia de Assinatura do Memorando de Entendimento (MoU) e de visitas técnicas a um "Consórcio de incubadoras de San Diego"; e
- ✓ Londres (Reino Unido) – Missão Brasileira de Minerais Críticos ao Reino Unido | London Mining Week 2026.

MCom
Ministério das Comunicações

ANATEL
Agência Nacional de Telecomunicações

Evento – a entidade promove na quarta (25) a **30ª edição do Fórum de Certificação de Produtos para Telecomunicações** com o objetivo é discutir aprimoramentos nos processos de ensaio e certificação de produtos, aproximar reguladores e debater temas relevantes que possam resultar em novos requisitos técnicos ou em mudanças nos procedimentos adotados pela Anatel nessas avaliações.

MinC
Ministério da Cultura

Agenda da ministra – **Margareth Menezes** participou nesta segunda (23) de painel sobre o i**mpacto econômico da Lei Rouanet** na **25ª Conferência Nacional da Advocacia Brasileira**, no Centro de Convenções de Salvador (BA), às 14h30.

Agenda internacional

- ✓ Genebra (Suíça) – Participação na 49ª sessão ordinária do Comitê de Direitos de Autor e Direitos Conexos (SCCR) e na reunião de alinhamento com representantes da Secretaria e da Presidência do SCCR; e
- ✓ Xiamen (China) – 21ª Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO).

ANCINE
Agência Nacional de Cinema

Está prevista, na quinta (05), a **980ª Reunião Deliberativa Ordinária da Diretoria Colegiada**, com início às 14h, no Escritório Central, no Rio de Janeiro, e transmissão da sessão pública no canal da Agência no YouTube.

Dentre os itens da pauta, serão deliberados processos relacionados à aprovação para captação por leis de incentivo de diversos projetos audiovisuais.

MDIC
Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

Agenda do ministro – Márcio Elias Rosa participa na quarta (25) da abertura do **Fórum dig.ia**, evento que discutirá a política para a infraestrutura digital do Brasil.

Agenda internacional

- ✓ Lima e Iquitos (Peru) – Missão técnica e oficina de trabalho no âmbito do Projeto de Industrialização do Pirarucu no Alto Solimões.

ABDI
Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial

Agenda do presidente – **Olavo Noleto** participará do Brasil Global Summit, evento que ocorre em Brasília entre quarta e quinta-feira (24 a 26) e promove debates sobre inovação, tecnologia, desenvolvimento econômico, negócios, ciência, cultura e transformação social.

MF
Ministério da Fazenda

Agenda do ministro – **Dario Durigan** participou, nesta segunda (23), da Abertura da **19ª Reunião Plenária do Fórum sobre Administração Tributária** (FTA) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Após, participou da palestra de encerramento da **17ª edição da Conferência Itaú Macro Vision**, em São Paulo (SP).

BACEN
Banco Central do Brasil

Agenda do presidente – **Gabriel Galípolo** participou, nesta segunda-feira (23), em São Paulo (SP), da palestra de abertura da **Conferência Itaú Macro Vision**, promovida pelo Itaú Unibanco, com acesso aberto à imprensa presencialmente e por transmissão virtual. Após, recebeu alunos de Economia do Insper, no edifício do Banco Central, em encontro fechado à imprensa.

À tarde, teve audiência com representantes da B3 S.A., incluindo o CEO **Christian Egan**, o vice-presidente de Produtos e Clientes, **Luiz Masagão Ribeiro Filho**, o vice-presidente de Operações - Negociação Eletrônica e Contraparte Central, **Mário Rodrigo Leitzke Palhares**, e a vice-presidente de Operações - Emissores, Depositária e Balcão, **Viviane El Banate Basso**.

Balança Comercial – Para o saldo da balança comercial, a projeção em 2026 aumentou para US$ 80 bilhões de resultado positivo.

Boletim Focus – Para o IPCA, a expectativa do mercado para o ano subiu para 5,15%. No caso do PIB 2026, os economistas do mercado financeiro apontaram leve recuo da estimativa de crescimento para 1,70%. Ainda, o mercado financeiro manteve a expectativa para a taxa básica de juros da economia, a Selic, em 13,75%. A projeção para a taxa de câmbio do dólar em 2026 aumentou para R$ 5,55.

SERPRO
Serviço Federal de Processamento de Dados

Agenda internacional

- ✓ Las Vegas (EUA) – *"AWS RE:INVENT 2026"*.

Poder Legislativo

Em sessão marcada para esta segunda-feira (23), o **Plenário da Câmara** inicia a discussão do Projeto de Lei Complementar 299/26, que trata do ajuste fiscal aprovado na última semana pelo Senado. A pauta inclui ainda projetos alusivos ao Mês da Consciência Negra, entre eles o PL 4887/23, que institui protocolo de combate à discriminação racial nas escolas.

O **Plenário do Senado** pode votar, na terça-feira (24), o Estatuto do Aprendiz (PL 6461/2019), que define a aprendizagem profissional como contrato de trabalho voltado à formação técnica e profissional metódica. Também estão pautados o Plano Nacional de Cultura 2026-2036 (PL 5894/2025), que condiciona o recebimento de recursos federais por estados e municípios, a partir de 2028, à adesão ao Sistema Nacional de Cultura, e o PL 1134/2025, que determina que os veículos de motoristas profissionais observem as especificações dos fabricantes, conforme aprovado pela autoridade competente.

Comissões

TECNOLOGIA		Senado | Plenário | Quarta (25) | 10h
	Software	**Sessão Especial** – homenagem aos 40 anos da Associação Brasileira das Empresas de Software (ABES) para celebrar e reconhecer a contribuição da entidade para o desenvolvimento do setor de tecnologia da informação, a inovação e a formação de profissionais no Brasil.

Política

Lula exonera ministro para votação do projeto de ajuste na Câmara; medida é temporária. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva exonerou temporariamente o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, José Guimarães, para que ele possa reassumir seu mandato na Câmara dos Deputados e participar das discussões e votação do projeto de ajuste fiscal do Executivo. A exoneração, publicada no Diário Oficial da União, foi feita a pedido e tem caráter temporário, permitindo que Guimarães atue diretamente nas deliberações sobre emendas parlamentares e o projeto de ajuste. Ele estava licenciado do mandato desde que assumiu a pasta e deve retornar ao ministério após a votação. A medida integra o esforço do governo para garantir a aprovação rápida da proposta, que já foi aprovada pelo Senado. Fonte: G1 Notícias.

Lula não definiu ministro da Fazenda; anúncio fica para dezembro. O presidente Lula ainda não definiu quem será o ministro da Fazenda em seu governo. A decisão sobre o nome será anunciada apenas em dezembro. A indefinição ocorre em meio a expectativas do mercado e da classe política sobre a condução da política econômica no próximo mandato. A escolha do ministro da Fazenda é considerada estratégica para a gestão fiscal e para a implementação das prioridades econômicas do governo. Fonte: Poder360.

AGU defende que STF rejeite decisão de Dino sobre 6 X 1. A Advocacia-Geral da União (AGU) apresentou manifestação ao Supremo Tribunal Federal (STF) solicitando a rejeição da decisão do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Ricardo Villas Bôas Cueva, que reconheceu a possibilidade de aplicação do

chamado '6 X 1' em processos criminais. A AGU argumenta que a decisão contraria o entendimento consolidado do STF sobre o tema, que limita a contagem de votos para condenação em tribunais de segunda instância. O posicionamento da AGU reforça a necessidade de observância da jurisprudência vigente para garantir a segurança jurídica e a uniformidade das decisões judiciais. O caso envolve discussão sobre o quórum necessário para condenações em tribunais, tema que tem repercussão em diversos processos penais em andamento no país. Fonte: Poder360.

Número de partidos cai desde o início da cláusula de desempenho. A aplicação da cláusula de desempenho tem reduzido o número de partidos políticos no Brasil. Se as regras previstas para 2030 fossem aplicadas nas eleições de 2026, apenas 11 partidos cumpririam os requisitos, enquanto 19 ficariam fora do processo eleitoral. Partidos como PSDB, Cidadania, Novo, PSOL e Rede atendem aos critérios atuais, mas não alcançariam as exigências futuras. A medida visa diminuir a fragmentação partidária e fortalecer o sistema político brasileiro, impactando diretamente a representação partidária no Congresso Nacional. Fonte: Poder360.

Em encontro com ministros do STF e Alcolumbre, Lula insiste em Messias mas pede opções para a corte, inclusive mulheres. O presidente Lula teve uma nova conversa com ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a indicação que pretende fazer para a corte ainda neste ano. A coluna apurou que houve um encontro neste fim de semana com quatro magistrados e a participação do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). Lula voltou a defender o nome do advogado-geral da União, Jorge Messias, para a vaga aberta com a aposentadoria de Luís Roberto Barroso. O presidente, no entanto, disse que teria disposição para debater outros nomes que fossem bem recebidos no Supremo e com condições de serem aprovados no Senado. Fonte: O Globo.

Valdemar diz que PL fará nova reunião sobre eleição na Câmara em meio a racha sobre o apoio a Motta: 'Deputados que decidem'. Em meio ao racha no PL sobre o apoio à reeleição de Hugo Motta (Republicanos-PB) para a presidência da Câmara, o presidente da legenda, Valdemar Costa Neto, afirmou que pretende reunir novamente a bancada antes de 20 de dezembro para discutir o posicionamento do partido. O dirigente também não descartou o lançamento de mais de uma candidatura de centro-direita, diante das dificuldades para construir um consenso em torno de um único nome. "São os deputados que decidem o caminho a tomar. Devemos nos reunir para uma nova discussão antes do dia 20 de dezembro. Temos que dar um tempo para que os novos deputados tenham mais tempo para avaliar", afirmou Valdemar, acrescentando que existe a possibilidade de mais de uma candidatura de direita. Fonte: O Globo.

PT quer manter comando sobre Saúde e Educação e disputa outros ministérios robustos. Em reunião com o presidente do partido, senadores do PT defenderam a manutenção do comando dos Ministérios da Saúde e da Educação, considerados estratégicos para a legenda. Além dessas pastas, o partido também manifestou interesse em assumir ministérios robustos como o das Cidades e o do Desenvolvimento Regional. A reunião integra as conversas conduzidas por Edinho Silva para a formação do novo ministério do presidente Lula no próximo mandato. O PT busca evitar que essas áreas sejam entregues ao centrão, enquanto MDB e PP também disputam a pasta de Cidades, que possui orçamento significativo e é responsável por programas como o Minha Casa, Minha Vida. O Ministério do Desenvolvimento Regional está em aberto, com a saída do atual ministro Waldez Góes praticamente confirmada, o que abre espaço para negociações internas. O cenário político indica movimentações para a composição ministerial, com nomes cotados e alianças em formação para o próximo governo. Fonte: Folha de S. Paulo.

Economia

Controle da inflação é prioridade do Banco Central, diz Galípolo. O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, afirmou que o controle da inflação é o principal mandato da instituição. Em evento promovido pelo Itaú, ele destacou que o BC pode manter ou elevar a taxa Selic para conter a inflação e levá-la à meta, especialmente diante de sinais de desaceleração econômica e inflação acima do esperado. Galípolo ressaltou que é possível preservar programas sociais e medidas de recomposição de renda, ao mesmo tempo em que se revisam regras fiscais que pressionam a inflação. Ele também mencionou a necessidade de conciliar demandas sociais com uma trajetória fiscal que gere menos pressão sobre a política monetária, sem cortes nominais nas despesas. Além disso, o BC anunciou novas regras para proteger consumidores contra ofertas de crédito que possam agravar o endividamento, exigindo autorização prévia para clientes em situação de vulnerabilidade financeira a partir de março de 2027. O objetivo é aumentar a transparência e a consciência dos consumidores sobre os custos do crédito, buscando evitar o endividamento excessivo. Fonte: G1 Notícias.

Galípolo defende rever regras fiscais sem cortar programas sociais. O presidente do Banco Central, Galípolo, defendeu a revisão das regras fiscais vigentes sem a necessidade de cortes nos programas sociais. Segundo ele, é possível preservar os benefícios destinados à população enquanto se ajustam os mecanismos que pressionam os gastos públicos, a inflação e as taxas de juros. A proposta visa garantir o equilíbrio fiscal sem comprometer a proteção social, buscando um ambiente econômico mais estável e sustentável. Fonte: Congresso em Foco.

Votação da PEC da autonomia do BC ficará para 2027. A votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que visa garantir a autonomia do Banco Central foi adiada para o ano de 2027. A decisão ocorre em meio a discussões sobre os impactos da medida na política monetária e na estabilidade econômica. Parlamentares e especialistas avaliam que a postergação permitirá um melhor ambiente político e técnico para a análise da proposta, considerando o calendário eleitoral e as prioridades legislativas. A autonomia do Banco Central é tema relevante para o controle da inflação e a credibilidade das políticas econômicas no país. Fonte: Poder 360.

Oposição vai reapresentar destaques ao ajuste fiscal na Câmara e mira restrições à compensação tributária A oposição pretende reapresentar na Câmara dos Deputados os quatro destaques ao projeto de ajuste fiscal discutidos no Senado na semana passada, incluindo o que busca derrubar as restrições à compensação de créditos tributários pelas empresas. A estratégia foi confirmada ao GLOBO pelo líder da oposição, deputado Cabo Gilberto Silva (PL-PB), e contraria os planos do governo de aprovar a proposta sem alterações para encaminhá-la diretamente à sanção presidencial. O relator, Mauro Benevides Filho (União Brasil-CE), que já obteve o apoio de sete partidos, se reunirá com integrantes do PL nesta segunda-feira, antes da votação prevista para as 18h. Na sequência, a bancada fará um encontro reservado para definir sua atuação em plenário. Fonte: O Globo.

Equipe econômica vai levar a Lula nomes para substituir presidente do Banco do Brasil. A equipe econômica do governo federal está discutindo nomes para substituir a atual presidente do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros, após a piora dos resultados financeiros e a queda no valor das ações da instituição. O banco registrou uma queda de 66,5% no lucro líquido ajustado no terceiro trimestre de 2026, principalmente devido ao aumento das perdas com empréstimos no agronegócio. O Executivo avalia que a troca no comando é necessária para recuperar a credibilidade do banco e evitar a necessidade de reforço de capital com recursos do Tesouro Nacional. O Banco do Brasil informou que atua com transparência e adotou medidas prudenciais para enfrentar o aumento da inadimplência, especialmente no setor rural. O ministério da Fazenda recebeu os resultados com preocupação e deve apresentar ao presidente Lula um panorama da situação e possíveis soluções. O banco também busca negociar com o Banco Central e a Fazenda uma flexibilização nas regras de provisão para perdas esperadas, que impactam negativamente seu balanço. A situação tem gerado

pressão política, especialmente da bancada do agronegócio no Congresso, e o governo monitora o caso para possíveis ações futuras. Fonte: Folha de S. Paulo.

Judiciário

Desestatização da Celepar e proteção de dados pessoais | O Plenário virtual do STF examinará, até 30 de novembro de 2026, a ADI 7896 proposta pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), que questiona a Lei estadual nº 22.188/2024 sobre a desestatização da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (Celepar). Os partidos alegam que a norma invade a competência privativa da União para legislar sobre proteção de dados pessoais e permite a transferência a particulares de sistemas e bases de dados sensíveis, incluindo informações fiscais, educacionais, sanitárias e policiais. O relator é o ministro Flávio Dino, que concedeu medida cautelar determinando que o processo de desestatização observe a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e a Política Nacional de Segurança Pública. A decisão também exige que o Estado do Paraná preserve o controle e os poderes de fiscalização sobre dados sensíveis e sistemas relacionados à segurança pública, defesa nacional e investigação criminal, além de elaborar relatório de impacto à proteção de dados específico para a transição societária, a ser submetido à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD). O ministro apontou que a legislação estadual não oferece garantias suficientemente claras para a proteção dessas informações e que a falta de solução definitiva para questões técnicas identificadas no processo pode gerar insegurança jurídica. A liminar será submetida a referendo do Plenário do STF em julgamento virtual.

Benefícios fiscais de ICMS no Espírito Santo | Em julgamento virtual no Plenário do STF a **ADI 7945** que discute a constitucionalidade de normas do Estado do Espírito Santo que condicionam a concessão de benefícios fiscais de ICMS à produção local ou à instalação de estabelecimento no território estadual para determinados produtos da cesta básica. O relator é o ministro Cristiano Zanin, que já apresentou relatório e voto. O ministro Gilmar Mendes acompanhou o relator, mas apresentou ressalvas, enquanto o ministro Flávio Dino abriu divergência. O julgamento permanece em andamento até 300 de novembro.

Adicional de ICMS destinado ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza de Sergipe | Em julgamento virtual no Plenário do STF a ADI 7972 (CFOAB) que discute a constitucionalidade de regras da Lei estadual nº 9.177/2023 que instituíram adicional de ICMS destinado ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza, especialmente a previsão de regulamentação da cobrança por decreto. O relator é o ministro Flávio Dino, que votou pelo conhecimento da ação e pela procedência parcial do pedido, propondo afastar a cobrança do adicional sobre fatos geradores ocorridos entre 1º de abril e 31 de dezembro de 2023 e declarar inconstitucional a expressão “nos termos do Decreto Regulamentador”, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2027. A proposta ressalva as ações judiciais e os processos administrativos pendentes de julgamento na data da publicação da ata do julgamento. Houve sustentação oral pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). O julgamento permanece em andamento até 30 de novembro.

Licenciamento ambiental e taxas para instalação de infraestrutura de telecomunicações | Em julgamento virtual no Plenário do STF até 30 de novembro de 2026, a ADI 8003 que questiona normas do Estado de Rondônia que exigem licenciamento ambiental e o pagamento de taxas administrativas para a instalação de torres de telefonia móvel e internet. Proposta pela Associação Nacional das Operadoras Celulares (ACEL), a ação discute a constitucionalidade dessas exigências e seus efeitos sobre a implantação da infraestrutura de telecomunicações. O relator é o ministro Dias Toffoli, que já apresentou relatório e voto.

Cenário Internacional

UE propõe imposto de 3% sobre faturamento das big techs para financiar orçamento até 2034. O presidente do Conselho Europeu, António Costa, incluiu na sua proposta para o próximo orçamento de longo prazo da União Europeia a criação de uma nova fonte de receita baseada em "receitas de serviços digitais" de grandes empresas de tecnologia. Na proposta, o presidente aponta que a contribuição anual seria de 3% do faturamento líquido das big techs proveniente de publicidade online, serviços de intermediação digital e dados gerados pelos usuários. Pelo texto, essa cobrança faria parte de um pacote de cinco novos fluxos de receitas próprias do bloco, elaborado a partir de propostas da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu e levando em conta preocupações manifestadas pelos Estados-membros. Costa afirma que, somadas às receitas já existentes, as novas fontes poderiam gerar cerca de € 60 bilhões por ano. Fonte: O Estado de S. Paulo.

Portos dos EUA enfrentam ataques cibernéticos, e hackers miram rotas comerciais vitais. Os portos e navios de carga dos Estados Unidos têm sido alvo de uma crescente ofensiva cibernética, com milhares de tentativas diárias de invasão. O porto de Corpus Christi, maior ponto de exportação de petróleo bruto do país, registra centenas a milhares de ataques diários, que variam desde tentativas automatizadas até invasões sofisticadas para roubo ou destruição de dados. Grupos ligados a Estados considerados hostis, como Irã, Coreia do Norte, China e Rússia, são apontados como responsáveis por essas ações. A Guarda Costeira americana reportou aumento de 17% nos incidentes cibernéticos marítimos no último ano, e ataques recentes a petroleiros evidenciam a vulnerabilidade da infraestrutura. Portos como Los Angeles e Virgínia intensificam investimentos em segurança cibernética, incluindo treinamentos e simulações, para mitigar riscos. O uso crescente de inteligência artificial por hackers eleva a complexidade das ameaças, que podem paralisar o comércio, interromper exportações de energia e colocar vidas em risco. As autoridades reforçam a necessidade de proteção das redes e sistemas críticos para garantir a integridade das operações marítimas e comerciais dos EUA. Fonte: Folha de S. Paulo.

Lagarde, do BCE, diz que ameaças cibernéticas ampliadas pela IA são sua principal preocupação. A presidente do Banco Central Europeu (BCE), Christine Lagarde, afirmou que a maior ameaça imediata ao sistema financeiro global são os ataques cibernéticos potencializados por agentes de inteligência artificial cada vez mais sofisticados. Em discurso no 36º Congresso Bancário Europeu, em Frankfurt, Lagarde destacou que esses ataques são realizados por agressores anônimos, difíceis de rastrear e frequentemente financiados por Estados com interesses em desestabilizar o sistema mundial. Ela ressaltou que os formuladores de políticas ainda não dedicaram a atenção necessária para enfrentar essa crescente ameaça digital. Fonte: Folha de S. Paulo.

Trump ameaça taxar empresas que construírem data centers fora dos EUA. O presidente Donald Trump fez uma defesa enfática das políticas econômicas de seu governo, prometeu redobrar os esforços para construir centros de dados nos Estados Unidos e ameaçou impor impostos punitivos às empresas que os construírem no exterior durante uma coletiva de imprensa na Casa Branca nesta sexta-feira. O presidente também destacou o que considera conquistas diplomáticas de sua viagem-relâmpago à Ásia nesta semana, que incluiu a primeira reunião trilateral da história com os líderes da Rússia e da China. Ele classificou a viagem como uma agenda "excelente e de grande importância" e promoveu alguns dos acordos comerciais que havia firmado, incluindo o entendimento com as Filipinas. A viagem, no entanto, não produziu planos concretos para enfrentar preocupações globais, como as guerras no Irã e na Ucrânia, os riscos da inteligência artificial ou a proliferação nuclear. Fonte: O Globo.

Representante comercial dos EUA minimiza restrições à venda de chips a países como o Brasil: 'fechamento de uma brecha'. Após o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, encerrar uma série de negociações durante a cúpula da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (Apec), em Shenzhen, onde se reuniu com o presidente chinês, Xi Jinping, o representante comercial americano, Jamieson Greer, minimizou hoje as restrições à exportação de chips de alta performance para inteligência artificial (IA), como os da Nvidia, a

cinco países, entre eles o Brasil. Na semana passada, os EUA anunciaram que passarão a exigir licenças especiais para a exportação desses componentes ao Brasil, à Indonésia, à Malásia, a Cingapura e à Tailândia, para evitar que a tecnologia seja desviada para a China ou aplicada em data centers nesses países a serviço de empresas chinesas. Fonte: O Globo.

Último Foco

Proteção de crianças no ambiente digital: MJSP e MDHC defendem banimento de ferramentas de "nudificação" com IA. O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC) lançaram um manifesto durante o Fórum Internacional sobre Proteção de Crianças e Adolescentes no Ambiente Digital defendendo o banimento de aplicativos e serviços que utilizam inteligência artificial para criar imagens artificiais de nudez de pessoas reais, conhecidos como ferramentas de "nudificação". O documento alerta para os riscos de humilhação, chantagem, assédio e exposição pública das vítimas, especialmente crianças e adolescentes, propondo medidas que vão além da remoção das imagens, incluindo a proibição da oferta, distribuição e monetização dessas ferramentas. O manifesto convoca o Poder Público, empresas de tecnologia e sociedade a atuarem conjuntamente para garantir a dignidade e segurança das crianças e adolescentes no ambiente digital. Fonte: ASCOM MJSP.

Projeto que cria rede de dados de saúde divide governo, entidades e setor privado sobre monetização. O projeto que cria a RNDS (Rede Nacional de Dados em Saúde) e obriga os sistemas públicos e privados a trocarem informações sobre pacientes está perto de ser votado na Câmara dos Deputados em meio a uma disputa sobre quem vai controlar, e eventualmente lucrar, com os dados de saúde de milhões de brasileiros. Em audiência pública na Comissão de Saúde na última quarta-feira (11), entidades ligadas à reforma sanitária e a direitos digitais afirmaram que a nova versão do substitutivo ao PL 5875/2013 proíbe a venda direta de dados, mas não impede outras formas de monetização. Gestores estaduais e representantes de hospitais e da saúde digital pediram pressa para o projeto que tramita há 13 anos. A relatora e presidente da comissão, deputada Adriana Ventura (Novo-SP), disse que o texto está "nos últimos ajustes", mas não deu data para a votação. Fonte: Folha de S. Paulo.

Abin apresenta estratégia para criptografia pós-quântica. A Agência Brasileira de Inteligência (Abin) apresentou uma proposta de estratégia nacional para orientar a implantação da chamada criptografia pós-quântica, tecnologia voltada à proteção de sistemas e informações diante dos avanços da computação quântica. O plano prevê proteção prioritária dos ativos considerados críticos até 2029 e a conclusão da transição até 2035. Elaborada pelo Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para Segurança das Comunicações da Abin, a estratégia foi apresentada este mês a órgãos e entidades da administração pública, bem como a empresas, instituições e organizações responsáveis por infraestruturas e serviços críticos. Além da estratégia, o órgão lançou um conjunto de recomendações técnicas para orientar instituições públicas e privadas nesse processo. Fonte: Agência Brasil.

Empresas que ignoram alerta sobre proteção de dados são os maiores alvos de multas pela ANPD. Uma análise de 190 processos da Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) revelou que a principal causa de punição a empresas é a ausência de resposta a alertas da agência. Essa infração supera as multas por descumprimento direto da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Dos 39 processos analisados, 22 foram iniciados após o silêncio das empresas diante de notificações oficiais. Órgãos públicos são os mais omissos, com 49% não respondendo, enquanto apenas 5% das empresas privadas permanecem em silêncio. Em junho de 2026, 19 órgãos públicos foram autuados simultaneamente sem segundo aviso, incluindo ministérios, universidades federais, Detrans e um tribunal eleitoral. Cerca de 75% dos processos

sancionadores têm como alvo órgãos públicos. A ANPD foca principalmente em dados de crianças e adolescentes, biometria, como reconhecimento facial em estádios, e crédito consignado para aposentados. Fonte: Folha de S. Paulo.